



PROCESSO N° CSJT-Cons-2353-08.2011.5.90.0000

**A C Ó R D ã O**

**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
CSRLP/cet/msg**

**CONSULTA. AMATRA 3 - DÚVIDA QUANTO À INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO/CSJT N° 21/2006 - EXERCÍCIO DO DIREITO DE REMOÇÃO, A PEDIDO, DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, ENTRE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO.** Consulta formulada por entidade de classe, restrita a um único Tribunal Regional, sem demonstração de "dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares" concernentes a matéria de competência deste Conselho, não atende às formalidades previstas no artigo 71 do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Por outro lado, ainda que recebido como pedido de esclarecimento, o presente expediente não mereceria conhecimento, porquanto intempestivo. Consulta não conhecida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conselho Superior da Justiça do Trabalho em Consulta n° **TST-CSJT-Cons-2353-08.2011.5.90.0000**, em que é Consulente **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO - AMATRA III**.

Trata-se de consulta formulada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Terceira Região - Amatra 3 quanto à interpretação e aplicação da Resolução n° 21/2006 deste Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que "regula o exercício do direito de remoção, a pedido, de Juiz do Trabalho Substituto, entre Tribunais Regionais do Trabalho".

Por determinação do Exmo. Ministro Conselheiro João Oreste Dalazen, Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e ante os termos do art. 71 do RICSJT, o presente expediente foi



**PROCESSO N° CSJT-Cons-2353-08.2011.5.90.0000**

encaminhado à Coordenadoria de Classificação e Autuação de Processos - CCADP para autuar como Consulta - CSJT-Cons (seq. 2, pág. 1).

É o relatório.

**V O T O**

Trata-se de consulta formulada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Terceira Região - Amatra 3 quanto à interpretação e aplicação da Resolução n° 21/2006, que "regula o exercício do direito de remoção, a pedido, de Juiz do Trabalho Substituto, entre Tribunais Regionais do Trabalho".

A consulta foi formulada nos seguintes termos:

"Em resumo, portanto, a consulta que se apresenta a esse Egrégio Conselho pode ser consubstanciada nas seguintes indagações:

1) É correto concluir, a partir dos precedentes desse Conselho e dos Considerandos da Resolução n° 21/2006, que o princípio insculpido no artigo 654, § 5°, da Consolidação das Leis do Trabalho, que impõe o preenchimento dos cargos vagos de juiz do trabalho, primeiramente por remoção, e só depois por promoção de juiz substituto, também se aplica em relação aos cargos de juiz do trabalho substituto (neste caso, primeiramente por remoção e só depois por nomeação de aprovados em concurso público)?

2) Caso a resposta à questão anterior seja afirmativa, é correto concluir, também, que a expressão 'vagas não referidas no edital', constante do artigo 4° da Resolução n° 21/2006 desse Conselho, corresponde a todas as vagas que venham a surgir após o término do prazo de inscrições ao concurso público, uma vez que, em relação às mesmas, deve ocorrer previamente a oferta ao provimento por remoção de Juízes substitutos?

3) Caso as respostas às duas questões anteriores sejam afirmativas, os editais de concurso público dispendo que o certame se destina ao preenchimento, sob tal modalidade, das vagas que vierem a surgir após o prazo de inscrição e durante a validade do concurso, estão em desconformidade com a Resolução n° 21/2006 desse Egrégio Conselho Superior?

4) Caso a resposta à questão de número 1 seja negativa, e correto concluir que o artigo 4° da Resolução n° 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça revoga parcialmente os artigos 4° (quanto à ressalva de 'vagas não referidas no edital') e 5° da Resolução n° 21/2006 desse Conselho?" (seq. 1, págs. 7-8)

Ocorre que consulta formulada por entidade de classe, restrita a um único Tribunal Regional, sem demonstração de "dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares" concernentes a matéria de competência deste Conselho, não atende às



**PROCESSO N° CSJT-Cons-2353-08.2011.5.90.0000**

formalidades previstas no artigo 71 do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Saliente-se que é necessário que os Tribunais Regionais do Trabalho deliberem no âmbito administrativo a respeito da matéria. Pairando dúvida, ainda assim, sobre a questão, poderá, nessa hipótese, ser submetida à apreciação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Ademais, a matéria não se reveste da relevância exigida pelo dispositivo regimental acima referido.

Tanto é que não há notícia de que tenha havido qualquer deliberação pela Corte Regional acerca da matéria.

Por outro lado, a presente consulta se reveste de natureza aclaratória, na medida em que objetiva sanar dúvida quanto à interpretação e aplicação da Resolução n° 21/2006.

Nesse contexto, mais se assemelha ao pedido de esclarecimento de que cogita o artigo 77, *caput*, do Regimento Interno deste Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do seguinte teor:

“Art. 77. Das decisões do Plenário, e das decisões proferidas pelo Relator na forma do art. 24, incisos III, IV e V, poderá ser interposto pedido de esclarecimento, no prazo de cinco dias.”

Ocorre que a Resolução n° 21/2006 foi publicada no DJU de 02/06/2006 e o presente expediente de natureza aclaratória foi protocolizado somente em 14/04/2011 perante o Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Nesse passo, ainda que recebido como pedido de esclarecimento, o presente expediente não mereceria conhecimento, porquanto intempestivo.

Do exposto, **não conheço** da consulta formulada pela Amatra 3 em virtude de o Tribunal ainda não haver tomado decisão a respeito da matéria e em face da intempestividade do expediente de natureza aclaratória.

**ISTO POSTO**



**PROCESSO N° CSJT-Cons-2353-08.2011.5.90.0000**

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, **não conhecer** da consulta formulada pela Amatra 3 em virtude de o Tribunal ainda não haver tomado decisão a respeito da matéria e em face da intempestividade do expediente de natureza aclaratória.

Brasília, 17 de junho de 2011.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**RENATO DE LACERDA PAIVA**  
Conselheiro Relator



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Certidão de Republicação de Acórdão

ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO  
TRABALHO

Processo nº CSJT-Cons - 2353-08.2011.5.90.0000

Certifico que o inteiro teor do acórdão, prolatado no processo de referência, foi divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 29/06/2011, **sendo considerado republicado em 30/06/2011**, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Certifico, ainda, que o verso das folhas do acórdão juntado está em branco.  
Brasília, 30 de Junho de 2011.

Firmado por Assinatura Eletrônica  
ANDRE FERNANDES PELEGRINI  
Técnico Judiciário